



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

SECRETARIA: Secretaria Estadual de Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 368/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, número SIC em epígrafe, solicitando acesso a laudo pericial e a outras informações relativas a processo administrativo disciplinar.
2. O órgão informou que o laudo pericial deveria ser solicitado à Polícia Técnico-Científica e indeferiu a emissão da certidão. Em recurso hierárquico, reiterou seu posicionamento, ensejando apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em síntese, insurge-se o interessado contra o indeferimento do pedido de emissão de certidão atestando a inexistência de laudo pericial no Processo Administrativo Disciplinar em que o solicitante é parte. A análise do caso, no entanto, evidencia que o posicionamento adotado pelo ente demandando encontra respaldo na legislação vigente.
4. Com efeito, como registrou o Serviço de Informações ao Cidadão, a certidão é documento emitido com vistas a expressar fielmente o que consta de documentos ou registros públicos. Nesse sentido, o pedido de emissão de certidão pode ser respondido mediante declaração por escrito ou mediante reprodução do documento original, não representando a certidão qualquer juízo de valor ou decisão da autoridade pública. No âmbito da Administração Pública estadual, a Lei de Processo Administrativo (Lei nº 10.177/1998) disciplina o procedimento de emissão de certidões, prevendo expressamente a possibilidade de certidão mediante cópia reprográfica:

Artigo 72 - É assegurada, nos termos do Artigo 5º, XXXIV, "b", da Constituição Federal, a expedição de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos em poder da Administração Pública, ressalvado o disposto no Artigo 75.

Parágrafo único - As certidões serão expedidas sob a forma de relato ou mediante cópia reprográfica dos elementos pretendidos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. No caso concreto, o interessado teve acesso à íntegra do Processo Administrativo Disciplinar, de que é parte, obtendo reprodução integral dos autos, conforme sua própria manifestação em sede recursal está a confirmar. Nesse sentido, resta evidenciado que foi atendido o disposto no parágrafo único do artigo 72. Registre-se, ademais, que a Corregedoria da Polícia Militar reiterou a disponibilidade dos autos para consulta e reprodução.
6. Por fim, importa destacar que, ao menos no âmbito do procedimento de acesso à informação instituído pela Lei nº 12.527/2011, a emissão de certidão é hipótese subsidiária, reservada aos casos em que o acesso integral à documentação original não possa ser assegurado, conforme se depreende do §2º do artigo 7º e do inciso I do §1º do artigo 11. Nesse sentido, uma vez fornecida a íntegra do expediente administrativo com todos os dados possíveis, não se visualiza circunstância concreta capaz de autorizar o provimento recursal.
7. Diante do exposto, considerando não ter havido negativa de acesso à informação, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 28 de dezembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

GSC